



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

LUÍS MIRA AMARAL

Engenheiro e Economista

Professor Catedrático Convidado de Economia e Gestão - IST



I – POLÍTICA ENERGÉTICA

Temos discursos e artigos de opinião de muitas personalidades que de energia pouco ou nada sabem e saltam em defesa de políticas e de programas que não servem os interesses de Portugal.

O tema “**ENERGIA**” não é assim tão simples e evidente que possa ser discutido, do ponto de vista técnico e económico, por quem se pronuncia de forma ligeira e com uma opinião que não passa de uma pura sensibilidade política ou de um alinhamento pelo que está na moda ou é politicamente correcto. A “**ENERGIA**” é demasiado complexa para ser tratada desta forma.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

De realçar que o desenvolvimento recente das energias renováveis não se enquadra no conceito da “eficiência energética”, antes pelo contrário, na maior parte dos casos constitui uma forma irracional e pouco eficiente para a produção de energia, tendo em consideração o actual estado do conhecimento científico e tecnológico.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

A dependência da nossa economia relativamente ao petróleo e ao gás natural (energia fóssil) é evidente e não é uma característica positiva, como acontece na maior parte dos países europeus. Esta dependência não deve, no entanto, constituir uma obsessão e uma justificação fácil para forçar a aplicação de medidas e soluções erradas e irracionais. Muito mais grave e bem mais preocupante é a dependência e a credibilidade do Estado português em relação aos mercados financeiros, onde tem de se financiar.

As energias renováveis podem contribuir para a redução daquela dependência, mas nunca de uma forma significativa. Há que saber viver com ela, minimizando os seus impactos e procurando reduzir os consumos energéticos pela via da utilização inteligente dos recursos.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

“Será que os portugueses estão dispostos a pagar uma contribuição muito superior a 1030 milhões de Euros para subsidiar as empresas privadas e os negócios ligados á exploração de sistemas de produção de energia eléctrica, com recurso às energias renováveis?”

Segundo Camilo Lourenço a resposta a esta questão deveria ser dada, pelos portugueses, no acto eleitoral.

Poderia ser Só que este Governo quando colocou no seu programa o desenvolvimento das “renováveis” não disse aos eleitores quanto é que eles teriam que pagar, às empresas privadas que estão no negócio, por um sistema que não traz quaisquer benefícios ou vantagens para o país, do ponto de vista macro energético, conforme tentarei justificar.



De realçar que o **valor da remuneração do kWh eléctrico, vendido à rede nacional, produzido pelos sistemas de cogeração não é subsidiado como o é o produzido pelas “renováveis”**. Aquele é calculado tendo em consideração o real valor que a energia eléctrica, da cogeração, tem para o sistema eléctrico nacional, determinado com base no critério dos *custos evitados*.

Assim deveria ser para a toda a produção independente, eólica, fotovoltaica ou hidroeléctrica.



O que os portugueses pagam:

CUSTOS ELECTRICIDADE

A carvão	52,9 €/Mwh (5,3 c/Kwh)
A gás natural	52,5 “ (5,3 “)
Hídricas	70,0 “ (7 “)
Fotovoltaicas	328,5 “ (32,9 “)
Microgeração	587 “ (58,7 “)
Importação	36,2 “ (3,6 “)



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

A política energética portuguesa, de certa forma **a reboque das orientações de Bruxelas**, **tem-se centrado no apoio ao desenvolvimento das “energias renováveis” e principalmente no apoio à produção de energia eléctrica pela via eólica, com custos demasiado elevados para a capacidade financeira de um país sem dinheiro e endividado. É de estranhar, no mínimo, que Portugal seja na Europa o campeão das renováveis. Se a opção fosse assim tão boa por que razão é que outros países, bem mais ricos e desenvolvidos, não se posicionaram como nós?**

Do ponto de vista político é uma **opção (que beneficia alguns) ... demasiado cara mas é uma opção, que todos temos que pagar.**

Do ponto de vista técnico e técnico-económico é um erro brutal, pois este não é nem será o **paradigma energético** do médio ou longo prazo.

2004
Mix Energético Mundial
10 275 Mtep/ano

Outras
Energias
Renováveis
3%



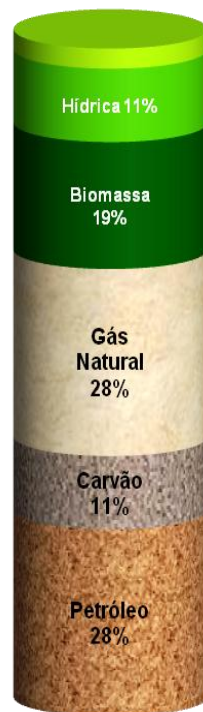
2030
Previsão "Verde" AIE
15 293 Mtep/ano

Outras
Energias
Renováveis
3%



2030
Previsão Greenpeace
9 558 Mtep/ano

Outras
Energias
Renováveis
3%



Cenários e Estrutura da Procura de Energia Primária em 2030

Recentes projecções realizadas pela **AIE** (Agência Internacional de Energia) e pela **ONG Greenpeace** mostram que a contribuição das renováveis, em 2030, nunca ultrapassará os **3%** na satisfação das necessidades em energia primária mundial, excluindo a hidroelectricidade.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

A grande diferença entre estes dois cenários a 2030 está na dimensão da procura de energia e reflecte claramente **a aposta mundial na eficiência energética, isto é, na optimização da utilização dos recursos energéticos.** Nesta matéria, **a nossa política energética muito pouco ou nada tem feito.**

O actual **Plano Nacional para a Eficiência Energética apresenta metas ridículas para o aumento da eficiência energética: 1% ao ano.** Este objectivo é **atingível sem necessidade de intervenção política do Estado e sem a aplicação de medidas específicas, cumprindo-se apenas devido às normais substituições de equipamentos obsoletos por outros naturalmente mais eficientes.** **Não existe uma verdadeira Política Nacional para a Eficiência Energética!**



Temos as **ferramentas necessárias** mas **não há fiscalização nem vontade política** para garantir o cumprimento, por parte dos agentes económicos, dos regulamentos e normas já existentes quer para a indústria quer para os serviços.

É comum, em alguns discursos, misturar e incluir o **“pacote renováveis”** no âmbito da **eficiência energética**. Esta inclusão está errada e deturpa o conceito de utilização **eficiente e racional da energia**.

A única forma (do ponto de vista energia) de reduzir a intensidade energética da nossa economia é pela via da **otimização na utilização** dos recursos energéticos, independentemente da forma como eles são produzidos ou transformados.

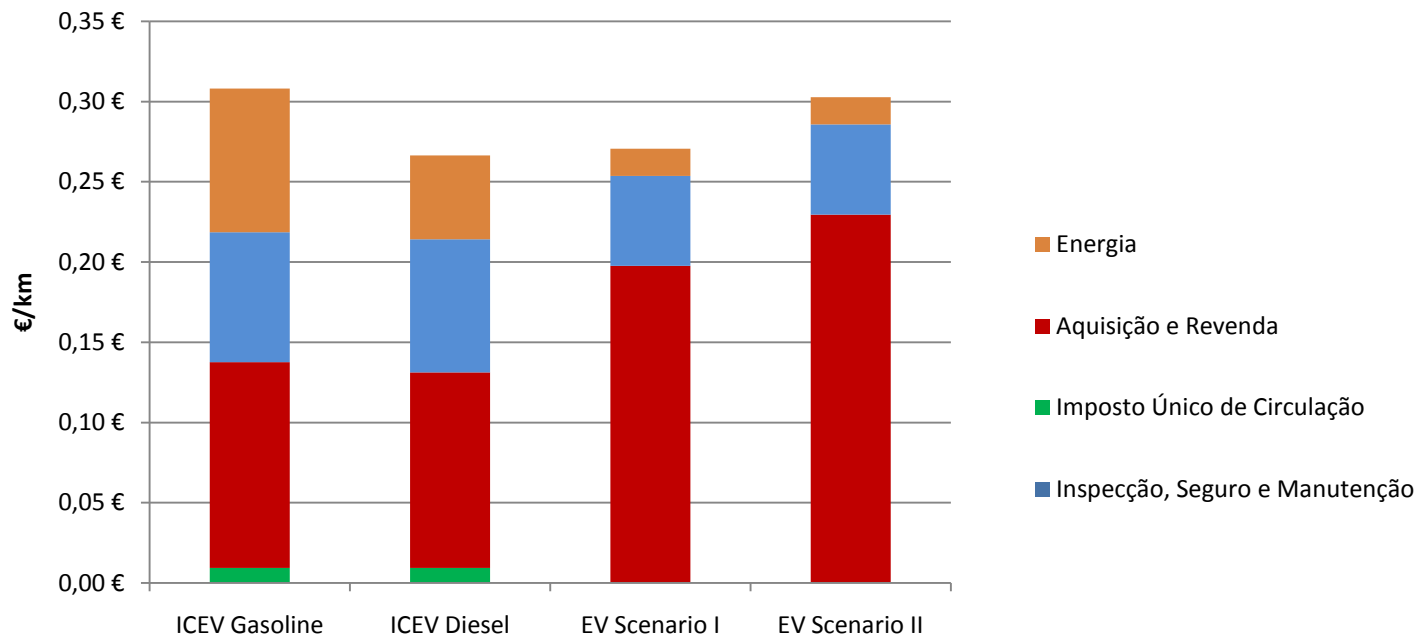


A produção de energia eléctrica pela via das fontes renováveis não conduz a maior eficiência energética na utilização. Apenas substitui fontes de energia primária, em alguns casos com rentabilidade económica aceitável mas em muitos outros sem rentabilidade, que só é atingida com o excessivo apoio financeiro “oferecido” pelo Estado português.

Esta situação, como já foi alertado por algumas personalidades, está a agravar o “deficit tarifário” do nosso sistema electroprodutor, de forma alarmante e que todos nós iremos pagar pela via dos impostos e pela via da sobre facturação emitida pela **EDP**.

Actualmente a **contribuição das energias renováveis (principalmente eólica e fotovoltaica) no consumo total de energia primária não representam mais que 3%, em Portugal, excluindo as “boas renováveis” que são constituídas pelos aproveitamentos hidroeléctricos.**

Quanto à mobilidade eléctrica, de que tanto se fala, convém esclarecer e clarificar o que de errado tem vindo a passar, para o público em geral, através da propaganda política.



**Análise comparativa dos custos totais de utilização de viaturas eléctricas
(EV Scenario I – com incentivos estatais à compra de Veículos Eléctricos; EV Scenario II – sem incentivos)**



As viaturas eléctricas:

- Não são assim tão “**eficientes**”: para 1kWh de energia útil na mobilidade são necessários cerca de 4kWh de energia primária;
- Têm um custo de investimento muito elevado, comparativamente com as soluções clássicas;
- A rede de abastecimento de energia eléctrica é “não existente” e é mal conhecido o preço de venda do kWh para as cargas rápidas das baterias de armazenamento;
- Têm ainda uma grande e óbvia limitação, as baterias que são muito caras, muito pesadas e que não permitem a autonomia que permita a sua massificação.



- Falta de **transparência fiscal**: Os veículos eléctricos estão isentos de ISV e IUC até data indefinida, o que originará um rombo fiscal na ordem dos 600M€ até 2020 caso não sejam criados novos impostos;
- Mesmo que existam em Portugal 200 mil veículos eléctricos, em 2020, um número muito distante das previsões de consultoras conceituadas (cerca de 140 mil veículos), o seu impacto na redução da importação de produtos petrolíferos é insignificante;
- Os custos totais de utilização são superiores aos dos veículos com motor Diesel, tendo em consideração um valor de compra do kWh relativamente baixo e pouco realista (0,11€/kWh), pois não é um dado conhecido;
- ...



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Excluindo as medidas (algumas) que foram introduzidas pela via da obrigação da transposição de directivas comunitárias (como é o caso da certificação energética dos edifícios) pouco **mais tem sido feito, para além dos excessos no domínio das energias renováveis e em particular no “plano eólico” para a produção de energia eléctrica.**

O custo destas medidas, subsidiando estes regimes bonificados é incomportável com a sustentabilidade económica, financeira e energética de Portugal. **As energias renováveis (com excepção das hidroeléctricas), segundo as projecções da Greenpeace para 2030, nunca ultrapassarão uma contribuição superior a 3% para o consumo total de energia primária.** Assim, parece-me uma aposta errada, face ao seu custo para todos os portugueses e face à sua muito fraca contribuição energética.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

As energias renováveis têm o seu papel, que não deixa de ser importante, e deverão ser utilizadas e fomentadas, desde que exista racionalidade técnica e económica. Não podem ser encaradas como uma **“bandeira política”** que contribui para o agravamento da situação financeira de Portugal.



II - RENOVÁVEIS E SOBRECUSTOS

Na electricidade e gás natural há as chamadas tarifas binómias: uma parte variável, que reflecte os custos variáveis da energia consumida, e outra fixa, que reflecte as tarifas (portagens) de acesso às redes de transporte e distribuição, custos estes que estão relacionados com os investimentos (CAPEX) feitos nessas redes.

Acontece que em Portugal no sistema eléctrico têm vindo a ser encaminhadas para essa parte fixa outros custos, os chamados Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), o que é uma aberração porque tal afecta a transparência da formação dos preços e falsifica os sinais dados à operação do sistema. É esta parcela que está a crescer de forma impressionante e não os custos variáveis da energia!



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

A recente polémica sobre os aumentos dos preços de electricidade e a posição da DECO sobre os CIEG vêm finalmente chamar a atenção para o que tínhamos escrito no Manifesto para uma Nova Política Energética apresentado a 7 de Abril de 2010.

Nos CIEG estão os sobrecustos das energias renováveis e da cogeração, os custos da convergência tarifária das Ilhas com o Continente em que os consumidores continentais pagam a diferença entre os custos insulares mais elevados e os custos no continente para que os insulares paguem os mesmos valores do continente pelos custos de transporte e distribuição, as rendas pagas aos municípios onde passam as redes, os chamados Custos de Manutenção de Equilíbrio Contratual das Centrais Térmicas que anteriormente vendiam à rede através dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) e ainda os sobrecustos das Centrais que ficaram nos CAE's.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Neste contexto de total falta de transparência, é pertinente explicar que quando um produtor eólico, ao abrigo do preço político fixado para a Produção em Regime Especial (PRE), vende a electricidade a cerca de 90€/MWh à EDP Universal, o chamado comercializador de último recurso, duas situações existem:

- a) **A Energia Produzida é consumida:** então o consumidor paga sempre esse preço político da PRE, o qual, para efeitos de contabilidade tarifária, é separado em duas componentes:
- 1) **PG: Preço no mercado grossista** Corresponde à estimativa do preço médio do mercado grossista (50€/MWh, valor estimado pela ERSE para 2010);
 - 2) **Sobrecusto da PRE em relação ao preço no mercado grossista (PG)** Corresponde pois ao diferencial positivo entre o preço político da PRE e o preço de mercado grossista; esta parcela é incluída nos CIEG e é distribuída por todos os consumidores de electricidade quer os sujeitos à tarifa regulada, quer os que estão em mercado livre (embora com maior peso para os consumidores domésticos, tendo até agora a indústria sido aliviada deste imposto encoberto).

- b) A Energia produzida é excedentária em relação ao consumo: quando a produção excede o consumo sujeito à tarifa regulada, o Comercializador de Último Recurso, a EDP Serviço Universal, é forçada a revender esse excesso de energia em mercado spot. Esse excedente é então colocado no mercado grossista ao preço de fecho nesse momento desse mercado (Preço Spot), o qual é normalmente muito baixo, tendencialmente zero. É normalmente essa a situação quando se exporta para Espanha a preço zero e que é depois objecto de grande destaque na imprensa. Tendo nós consumidores que pagar essa energia aos produtores ao preço da PRE, vamos recuperar no ajustamento tarifário do ano seguinte essa pequena receita obtida pela EDP Serviço Universal ao vender a energia a esse preço tendencialmente nulo e portanto acabamos por pagar nos CIEG praticamente o preço da PRE! Por isso é que quanto mais exportamos para Espanha mais o consumidor português paga!**



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

O consumidor paga pois sempre (mesmo quando não consome essa energia...), mas o que acontece é que o sobre-custo da PRE em relação aos preços no mercado grossista (PG) vem dissimulado nos CIEG!



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Os CIEG atingem em 2011 os 2 500 Milhões de euros e se virmos o seu aumento impressionante ao longo dos últimos anos, constata-se que os custos que aumentam exponencialmente são os sobrecustos da Produção em Regime Especial, basicamente a produção que beneficia de preços políticos determinados pelo Governo como a eólica, a fotovoltaica, a micro-geração e a co-geração, havendo também aumentos nos



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

CMEC's e nos sobrecustos dos CAE's, derivados de facto de as centrais térmicas sujeitas aos CMEC's e aos CAE's estarem actualmente a trabalhar menos horas do que estava previsto quando essas centrais entraram em funcionamento, em que foram projectadas para produzir como centrais de base durante a quase totalidade das horas.



A esse propósito é útil uma leitura do parecer do Conselho Tarifário da ERSE de ... de Dezembro de 2010 sobre a proposta de tarifário eléctrico da ERSE para 2011.

Nesse parecer é dito de forma clara que “Julga o Conselho Tarifário que é a própria sustentabilidade do sector que está em jogo podendo esta situação gerar níveis insustentáveis e socialmente inaceitáveis já no ano de 2012.”

Pela sua importância reproduzimos o próprio texto do Conselho Tarifário:

Custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral existentes para fixação das tarifas de 2011 existentes para fixação de tarifas de 2010 – Quadro 1

	2010	2011	Unidade: 10 EUR Variação 2011/2010
Sobrecusto da PRE	905 123	1 209 712	50,30%
Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC)	305 026	427 012	40,00%
Sobrecusto dos CAE	248 060	299 730	20,90%

4. A lógica de determinação destes sobrecustos [que visam complementar o nível de proveitos obtidos com base nos preços no mercado com as condições contratuais negociadas] têm manifestamente impedido os consumidores de usufruírem das singulares condições benéficas consubstanciadas no baixo preço de energia verificado nos mercados organizados (em torno de 40 €/MWh, valores reais até Agosto 2010¹⁷).

10. O CT tem reiteradamente alertado nos seus pareceres para o crescimento exponencial destes CIEG's e pedido à ERSE para diligenciar, junto das instâncias competentes, a sua inquietação quanto ao condicionamento que os mesmos acarretam na fixação anual de tarifas. Infelizmente, tal parece não ter produzido efeitos dado que, não só se assiste a um crescendo volume de encargos a suportar pelos consumidores de energia eléctrica, como são criadas, com alguma regularidade, novas componentes.

Fim de citação.

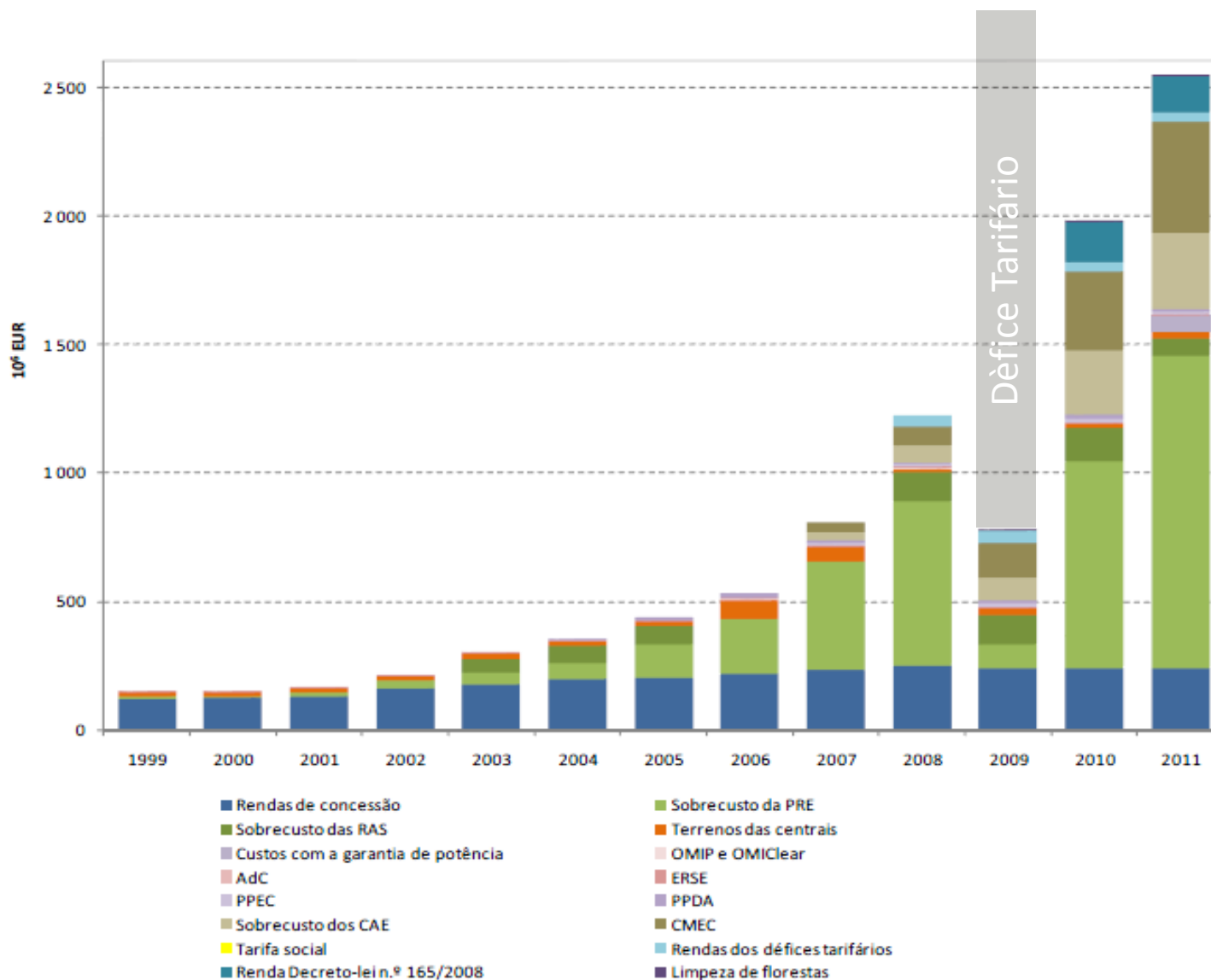


Entretanto, no passado dia 20 Dezembro, o Público publicou uma entrevista a dois dos elementos mais conotados com a energia eólica e a co-geração, que representam as parcelas que estão hoje na berlinda como duas das principais responsáveis pelos indesejados aumentos verificados.

Uma questão fundamental desta entrevista é a tentativa de minimizar os sobrecustos das energias renováveis e da cogeração (PRE) nos actuais aumentos do tarifário eléctrico, nomeadamente face aos designados CAE's e CMEC's.

Ora, o que está realmente em causa é a tendência incontrollável de aumento dos chamados Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), cuja evolução ao longo do tempo e a sua desagregação se pode ver no gráfico abaixo, ao qual se juntou o défice tarifário de 2009:

POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?



Notas: ^[1] Em 2009 exclui-se o efeito do Decreto-Lei n.º 165/2008 (447 M€) e do Despacho do MEI de Outubro 2008 (50 M€).

^[2] Em 2010 e 2011 estão incluídas as rendas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2008.



O que é que nos diz este gráfico?

Que desde que este Governo chegou ao poder, em 2005, os aumentos dos CIEG custaram aos consumidores cerca de sete mil milhões de euros, dos quais dois mil milhões se encontram em dívida no défice tarifário, e o restante tem vindo a ser acrescentado às contas das famílias e agora também das empresas. E esse processo, se não se inflectir imediatamente a política seguida, vai continuar em bola de neve.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

O CEO da EDP vem agora tentar desligar-se do problema, dizendo que não tem nada a ver com os CIEG pois aqui a EDP limita-se a cobrar para depois entregar a receita.

Não é bem assim pois que a EDP também recebe do CIEG, quer nas suas renováveis (sobrecusto das PRE's) quer nas suas térmicas (CMEC's)!



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Até agora, através duma subsidiação cruzada, o Governo tinha conseguido evitar que este sobrecusto fosse passado para a actividade produtiva, empresas e grandes consumidores, ficando confinado aos domésticos, às microempresas e à iluminação pública.

Mas era fácil de prever que com estes aumentos impressionantes nos CIEG, tal teria de ser passado às empresas, como aconteceu agora agravando fortemente a sua competitividade como tínhamos previsto no nosso Manifesto!



III- AS EÓLICAS E O APOIO TÉRMICO

O vento é volátil, não sopra em permanência e por isso o limite da energia eólica depende do país, nomeadamente da sua extensão. O mesmo acontece com outra fonte intermitente, a fotovoltaica.

Assim, em países ambientalmente responsáveis e que fazem contas, e por isso são ricos, há um limite para essa energia renovável intermitente, Na Dinamarca chegou-se a 20% da eólica e na Holanda estudos recentes mostram que a partir de 15% se tem de começar a deitar fora a energia eólica. Quanto maior o país maior esse limite pois a extensão geográfica permite aproveitarmos mais a diversidade nos regimes de vento.



Um mix energético significa uma mistura equilibrada de várias fontes de energia.

O vento só sopra em Portugal cerca de 25% do ano pelo que a energia eólica corresponderá apenas a 25% do potencial instalado e temos que **fazer um triplo investimento associado à eólica**: de noite, quando há vento e não há consumo, temos que instalar hidroeléctricas de bombagem para acumular sob a forma de água a energia em excesso; de dia, temos consumo e podemos não ter vento e por isso temos que manter de reserva centrais térmicas a carvão ou gás natural para satisfazerem o consumo. Neste contexto aliás, o sistema electroprodutor tem que ser dimensionado para satisfazer o maior consumo do ano, sem se contar com a eólica, pois que nessa hora pode não haver vento e os consumidores têm que ser abastecido.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Quer isto dizer que para suportar uma energia já de si muito mais cara do que dispõem os nossos concorrentes, temos que triplicar os investimentos: porque precisamos também de ter barragens, para quando há vento a mais, e de ter centrais térmicas, para quando há vento a menos, o que acontece em 70% do tempo.

Para a solar o problema é idêntico, com algumas diferenças: a energia é directamente muito mais cara e as horas em que produz são ainda menos – cerca de 1 500 horas das 8 760 horas do ano – apesar de neste aspecto o nosso recurso natural ser substancialmente melhor do que o dos nossos parceiros.

As centrais térmicas a carvão e a gás natural, concebidas para trabalharem muitas horas, fazendo a base do diagrama de cargas, estão cada vez mais a trabalharem apenas como apoio às eólicas.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Centrais já existentes sujeitas aos contratos de Aquisição de Energia (CAE's) e aos Custos e Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC's)

Quando chegámos a Ministro da Energia, era urgente o investimento nas redes de distribuição da EDP mas, devido à sua difícil situação financeira, convinha minimizar-lhe o esforço de investimento na produção. Arranjámos então os Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) através dos quais consórcios privados investiriam nas novas centrais mediante uma concessão de venda da electricidade à rede pública, sendo remunerados por uma tarifa binómia com dois termos: um fixo que assegurava os custos de investimento na potência instalada e um variável que remunerava o fornecimento de energia. Como então expliquei, tal não era ainda a liberalização do sistema pois tais centrais eram financeiramente activos da EDP fora do seu balanço (“Off-Balance Sheets”) dado que a EDP através do termo fixo acabava por pagar ao longo dos anos o investimento na potência instalada.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Com a liberalização da produção no quadro do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), todas as Centrais sujeitas aos CAE's passaram para os chamados CMEC's, com excepção de duas – Tapada do Outeiro e Pego – que se mantiveram nos CAE's.

Os CMEC's resultam então da extinção dos CAE's, em que se tenta simular uma oferta de mercado para a energia das Centrais mas respeitando e equilibrando ao mesmo tempo a recuperação dos investimentos feitos nelas. No fundo nos CMEC's, tenta-se simular um regime de mercado mas respeitando os compromissos financeiros dos CAE's.



Assim sendo, **as ofertas dessas Centrais em regime de CMEC's são feitas no mercado grossista e se o preço nesse mercado (PG) for inferior ao Custo de Manutenção de Equilíbrio Contratual (CMEC), essa diferença será incluída nos chamados Custos de Interesse Económico Geral.**

No fundo, nessas Centrais, o consumidor acaba sempre por pagar o CMEC (e portanto os compromissos assumidos nos CAE's) mas para **efeitos contabilísticos, a tarifa eléctrica é separada em:**

- **Preço de mercado grossista PG**
- **CMEC – PG, sobrecusto inscrito nos CIEG**



Idêntico mecanismo se paga na Produção em Regime Especial (PRE), e tal sujeito a preços políticos como a eólica, a fotovoltaica, a micro-geração e a cogeração em que o consumidor paga sempre o preço de PRE (PPRE) mas em que também **para efeitos contabilísticos tal é desagregado em**

- Preço de mercado grossista PG
- PPRE – PG sobrecusto inscrito nos CIEG

Em relação ao preço de mercado grossista, há pois sobrecustos, quer dos CMEC's quer do PRE que vêm dissimulados nos CIEG! Só que o preço dos CMEC's é consideravelmente mais baixo que o elevado preço da PRE!



Novas Centrais Térmicas

Com a liberalização do sistema, as novas centrais correriam os riscos de mercado e acabariam os CAE's.

O problema é que a elevada capacidade instalada em eólicas começou, como explicado, a tirar o espaço às térmicas que começaram a funcionar em regime altamente ineficiente apenas para “back up” das eólicas quando não há vento em vez de fazerem a base do diagrama de cargas. Gerou-se pois um dilema: não se podem dispensar as térmicas (neste Agosto no pino do Verão quase não houve vento, felizmente havia carvão e gás....), mas as poucas horas que vão trabalhar não lhes permite, ao vender a energia, cobrir os custos do investimento na potência instalada. O preço “spot” não recupera a totalidade do custo da central marginal. Daí o apelo à remuneração da potência, com base no “back up” que proporcionam à eólica, única forma de se investir em novas centrais térmicas.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Assim, o Secretário de Estado Carlos Zorrinho veio pela calada da noite (perdão, de Agosto quando estávamos de férias...) através duma Portaria atribuir esse subsídio de remuneração do termo de potência, com efeitos retroactivos, para todas as centrais, hídricas inclusive, que não estavam nos CMEC's e nos CAE's.

Tal significa sacar ao consumidor 61 Milhões de euros anuais para as centrais existentes até ao fim deste ano (acréscimo de 1.5% nas tarifas se for abrangida só a Baixa Tensão) e mais 130 Milhões de euros por ano para as novas térmicas e de bombagem, tudo em apoio às eólicas (mais 3.0% nas tarifas, no total mais 4.5% nos próximos anos)!!! Ficam pois claros os sobrecustos sistémicos desta renovável devido à triplicação do investimento – eólica + bombagem + térmica de “back-up”.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

No fundo, voltamos aos CAE's e acaba a liberalização, passando todas as centrais a serem subsidiadas. É esta a viragem energética...

De acordo com a ERSE, verifica-se **que nos chamados Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), o que aumentam de forma exponencial são os sobrecustos das PRE (eólica e co-geração), havendo também um aumento recente dos sobrecustos dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE's) e dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC's), derivados do facto de as centrais térmicas, sujeitas aos CAE's e CMEC's, estarem a trabalhar hoje em dia menos horas do que estava previsto quando entraram em funcionamento. Com efeito, as renováveis têm preferência na entrada em rede, relegando as centrais térmicas para a função meramente de apoio às renováveis.**



Assim sendo, os **CMEC's** e os **sobrecustos dos CAE's** sobem justamente porque **vão pagar aos produtores térmicos a diferença entre o que deveriam facturar quando estava previsto que funcionassem como centrais de base e o que facturam agora em regime suboptimo, só de apoio às renováveis.** Poder-se-ia pensar que, uma vez que a sua produção diminui na proporção inversa do crescimento da energia renovável, estas centrais térmicas se estariam a tornar dispensáveis e que a sua equilibragem contratual seria injustificada, tendendo no limite essas centrais a desaparecerem, e com elas esses sobrecustos. Porém, tal não acontece porque o carácter intermitente das renováveis da moda exige a disponibilidade dessas centrais, as únicas capazes de suprirem a falta de vento, de chuva ou de sol quando essa falta ocorre. Assim, quanto mais renovável na rede, mais sobem os **CMEC'S** e os **sobrecustos dos CAE's!**

(Milhões euros)

	2010	2011	Varição 2011/2010
Sobrecustos das PRE's	805	1210	50,3%
CMEC's	305	427	40,0%
Sobrecusto dos CAE's	248	299	20,8%

Fonte: ERSE

Os aumentos dos CMEC's e dos sobrecustos das CAE's são decorrentes precisamente do aproveitamento suboptimo do parque térmico a carvão ou gás natural, consequência directa da intermitência a que são obrigados, pela prioridade absoluta dada às renováveis na entrada em rede.

O problema vem dum mix de produção desequilibrada devida ao excesso de renováveis da moda sendo pois esse sobrecusto imputável a elas!



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Em suma, ao contrário do que diz o lóbi eólico numa manobra de diversão (mais uma), não há subsídios ao carvão e ao gás natural, o que é sobrecustos imputáveis ao pagamento do investimento na potência instalada nas térmicas (e não imputáveis à energia consumida), dado que quanto menos horas as térmicas trabalham mais evidentes são os custos da sua subutilização ou seja da sua capacidade ociosa!



IV – AS RENOVÁVEIS DA MODA E A IMPORTAÇÃO DE PETROLEO

Outra falácia é a redução da importação de petróleo devido às renováveis da moda – eólica e fotovoltaica! Aqui a volatilidade do governo é tão grande quanto a volatilidade do vento! Com efeito, o Primeiro-Ministro em Setembro 2010 afirmava nos EUA que tal poupança seria de 100 milhões de euros ano, em 22 de Outubro explicava que essas renováveis poupariam 700 milhões de euros anuais de importação de petróleo e por último no fim de Novembro dizia que as renováveis permitiam poupar nos primeiros seis meses do ano 600 milhões de euros na importação de combustíveis fósseis.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Por sua vez, o Secretário de Estado Zorrinho dizia em Abril que a poupança anual seria de 500 milhões de euros, tendo emendado em Novembro para 800 milhões de euros.

Também a Ministra do Ambiente vinha acrescentar “valor” a estes “statements” governamentais, dizendo que as 10 novas barragens iriam poupar a Portugal a importação de 3.3 milhões de barris de petróleo para as centrais termoeléctricas! (só a velha Central de Setúbal é que utilizava petróleo, as actuais usam carvão e gás...).



Ora é preciso que os nossos distintos jornalistas económicos percebam que as renováveis (barragens inclusive) que produzem electricidade não poupam um único barril de petróleo importado pois que:

(1) já não utilizamos petróleo na produção de electricidade;

(2) o consumo de petróleo é basicamente no sector dos transportes e só quando houver massificação dos veículos eléctricos, o que infelizmente ainda vai levar muito tempo, é que a electricidade substituirá o petróleo.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

O INE mostra-nos que de Janeiro a Outubro de 2010, comparado com o período homólogo de 2009, houve um aumento de importações de combustíveis de 1 400 Milhões de euros. As renováveis da moda não nos reduzem a dependência afluente do petróleo e vamos continuar a importar carvão e gás natural pois continuaremos a precisar das centrais térmicas quando não há sol ou vento! Até Novembro de 2010 houve 15,556 GWh de produção termoelétrica contra 22,009 GWh no período homólogo de 2009, o que **significará então, devido às renováveis, uma poupança de importação apenas de cerca de 174 Milhões de euros em gás natural e carvão o que contrasta com um sobrecusto da Produção em Regime Especial bem superior!**



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

O habitual porta-voz do lobi eólico costuma dizer que as renováveis da moda não tem custos adicionais! É preciso ter grande descaramento!

E também é um erro falar em poupanças, como ele diz. Apenas deixamos de comprar 174 Milhões de euros de carvão e gás natural mas essa redução na factura energética com o exterior é mais do que compensada no sobrecusto que os consumidores pagam!

A única forma de reduzirmos neste momento a importação de petróleo para os transportes seria a aposta nos biocombustíveis mas esta renovável foi esquecida pelo Governo! Também se deveria pensar em passar nos transportes de mercadorias para os modos ferroviário e marítimo mas isso significava linhas mista de bitola europeia e não o TGV só de passageiros.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Também as recentes afirmações na Assembleia da República do Secretário de Estado Carlos Zorrinho e de António Mexia de que depois de 2015 o custo da electricidade obtida a partir das “ renováveis da moda “ se tornaria mais barata que o custo da electricidade convencional não correspondem infelizmente à realidade.

De facto, os custos crescentes da geração térmica a carvão e a gás natural não são compensados pela existência da geração renovável intermitente, porque esta só está disponível numa parcela muito pequena do tempo, e essa parcela não é previsível nem controlável, implicando um aumento do custo da geração fóssil ou seja, os referidos CMEC, CAE e ainda o novo custo derivado da garantia de potência que foi estabelecida por via legal em Agosto de 2010.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

É este o drama da aposta do **governo nas “renováveis da moda”** para produzir **electricidade, que ainda por cima não substituem nenhum petróleo**, o qual já não se usa na geração eléctrica, **e ainda estamos muito longe do tempo em que teremos a massificação do automóvel eléctrico**, caso em que a electricidade substituiria o petróleo. Não será seguramente na próxima década, pelo que a aposta fantasista deste Governo no carro eléctrico ir-se-á transformar também noutro enorme elefante branco.



POLÍTICA ENERGÉTICA OU POLÍTICA DE APOIO ÀS RENOVÁVEIS DA MODA?

Em suma, com esta política centrada nas renováveis da moda, geraram-se terríveis sobrecustos para a economia e a **dependência do petróleo mantém-se intacta!**

Quando é que perceberemos que a eólica e a fotovoltaica só conseguem representar cerca de 3% do consumo total de energia primária?

Quando é que perceberemos que discutir a Política Energética não se pode confundir com o apoio às renováveis da moda, com custos demasiados elevados para um País pobre como o nosso?